



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PPPG

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024

### AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRODUÇÃO ACADÊMICA E REFLEXÕES TEÓRICAS

**Thiciane dos Santos de Sousa<sup>1</sup>**; **Prof. Otto Vinicius Agra Figueiredo<sup>2</sup>**

1. Thiciane dos Santos de Sousa— Modalidade Bolsa/PROBIC, Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [thicianesousa7@gmail.com](mailto:thicianesousa7@gmail.com)
2. Otto Vinicius Agra Figueiredo, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [ovafigueiredo@uefs.br](mailto:ovafigueiredo@uefs.br)

**PALAVRAS-CHAVE:** ações afirmativas; permanência estudantil; ensino superior.

### INTRODUÇÃO

Após quinze anos, a implantação do sistema de reserva de vagas em UEFS, estima-se que tenha havido uma maior institucionalização de ações positivas no universidades, tais como: a atual resolução sobre o acesso incluía os ciganos, pessoas com deficiência e trans; aprovação da resolução do CONSEPE nº 015/2015 que reconhece o nome social de transexuais e travestis em registros acadêmicos; a aprovação da resolução CONSEPE n. 50/2018 criou o Programa de Assistência Estudantil da UEFS; criação da Câmara de Políticas positivas e problemas estudantis no CONSEPE com Decisão nº. 086/2017 que altera o regimento interno do conselho; aprovação da Resolução CONSEPE n. 088/2021 que estabelece ações positivas em cursos pós-graduação stricto sensu e lato sensu; entre outras ações e resoluções que visam uma maior consolidação e institucionalização de ações positivas na universidade. No entanto, se faz necessário reunir mais informações sobre o contexto das ações afirmativas e da permanência estudantil nas universidades brasileiras, bem como melhor analisar as políticas e ações desenvolvidas na UEFS. Nesse sentido que o trabalho desenvolvido por este plano de trabalho almejou com o principal objetivo de realizar o estado da arte sobre ações afirmativas e permanência estudantil na educação superior e a revisão da literatura sobre Teoria da Justiça, Teoria do Reconhecimento e Teoria Decolonial.

### MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Para iniciar o trabalho foi necessário mapear e identificar a produção científica sobre ações afirmativas e permanência estudantil nos últimos cinco anos; sistematizar os principais conceitos e reflexões teóricas das abordagens adotadas pela pesquisa; selecionar e categorizar os dados qualitativos coletados a partir da documentação da UEFS.

A metodologia da pesquisa envolveu levantar produções acadêmicas sobre ações afirmativas e permanência estudantil, utilizando bases de dados como o Portal de Periódicos da CAPES; trabalhos apresentados no GT 11 (Política de educação superior) e GT 21 (Relações étnico-raciais e educação) da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), e aqueles apresentados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Essa etapa permitiu

mapear e identificar as principais abordagens teóricas dos últimos cinco anos.

Além disso, foi necessário realizar uma revisão bibliográfica focada nas principais correntes teóricas: a Teoria da Justiça de John Rawls, a Teoria do Reconhecimento de Nancy Fraser e a Teoria Decolonial, com ênfase nas ideias de Stuart Hall. Foi importante sistematizar e categorizar dados qualitativos, culminando na elaboração de um banco de dados sobre produção acadêmica a respeito das ações afirmativas e permanência estudantil na área da educação e ainda reunir toda a documentação institucional da UEFS sobre essas políticas.

Produzir gráficos auxiliou na visualização das informações, permitindo observar a distribuição das publicações e sua evolução ao longo do tempo, assim como as diferenças regionais na discussão sobre as políticas de cotas e permanência estudantil na educação superior brasileira.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)**

A primeira etapa foi o levantamento de produções acadêmicas sobre ações afirmativas e permanência estudantil a partir do Portal de Periódicos da CAPES, durante o primeiro levantamento foi possível encontrar cerca de vinte e seis revistas na classificação A1, com publicações dos anos de 2017 a 2020, com cerca de noventa artigos. As palavras-chaves para a busca foram “ações afirmativas”, “permanência estudantil”, “políticas de cotas”, “cotas”, “assistência estudantil”, “reserva de vagas”, “heteroidentificação” e “acesso”. No levantamento de trabalhos apresentados nos GT’s 11 - Política e Educação Superior e 21 - Relações Étnico- Raciais e Educação da ANPED, foram encontrados 17 artigos no GT 11, enquanto no GT 21 foram encontrados sete artigos. Por fim, foram encontrados quarenta e seis artigos na página da ANPOCS apresentados de 2021 a 2023.

Outra etapa da pesquisa foi a revisão do referencial teórico. Revisão da literatura a partir da produção teórica sobre a Teoria da Justiça, Teoria do Reconhecimento e Teoria Decolonial na literatura especializada. A corrente teórica Teoria da Justiça teve como principal fundamento as ideias de John Rawls, onde em seu livro “Uma Teoria da Justiça” (1997), uma das mais influentes na filosofia política contemporânea. O filósofo propõe a ideia de justiça como equidade, que se baseia em dois princípios principais, o primeiro dele sendo o princípio da liberdade igual, onde cada pessoa tem o direito a um conjunto igual de liberdades básicas, que devem ser compatíveis com as liberdades de todos os outros. O segundo, o princípio da diferença, onde as desigualdades sociais e econômicas devem ser organizadas de modo que beneficiem os menos favorecidos e estejam ligadas a posições e cargos acessíveis a todos em condições de igualdade de oportunidades.

A segunda corrente teórica é chamada de Teoria do Reconhecimento, a partir da qual a autora Nancy Fraser (2002) aborda dois pontos cruciais para entender a teoria: sendo a redistribuição que irá se referir à correção das desigualdades econômicas e materiais e o reconhecimento que se refere à dimensão do reconhecimento das identidades sociais e culturais. Fraser argumenta que a justiça econômica é essencial para garantir que todos tenham acesso aos recursos necessários para uma vida digna. Já reconhecimento onde envolve o respeito e a valorização das identidades culturais e sociais nas sociedades contemporâneas. Fraser critica a marginalização e a desvalorização de certos grupos sociais, defendendo que o reconhecimento é crucial para a dignidade e a participação plena na sociedade.

Para finalizar os estudos sobre as correntes teóricas foram feitos estudos sobre pós-colonialismo a partir do intelectual jamaicano Stuart Hall (2003) que argumenta que as identidades culturais na contemporaneidade são fluidas, fragmentadas, historicamente situadas e até contraditórias. Ele explora como o colonialismo e a diáspora influenciam a construção dessas identidades, um tema central no pensamento pós-colonial. Hall (2003) desafia a ideia de identidades culturais homogêneas, destacando a importância das experiências e vozes dos povos colonizados. Isso ressoa com a teoria decolonial mais recente, que busca desmantelar as estruturas de poder e conhecimento estabelecidas durante o colonialismo.

O acesso desigual à educação formal no Brasil, a emergência das políticas afirmativas na educação superior brasileira e a construção do conhecimento científico a partir de outras fontes periféricas (não-clássicas) podem ser analisadas a partir da perspectiva do pós-colonialismo no sentido de pensar a partir de outras visões de mundo que valorizem a diversidade cultural e o híbrido como potencialidade. Acreditamos que esse percurso teórico e bastante plural permitirá análises muito ricas das políticas afirmativas e da permanência estudantil na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

A coleta dos documentos não exigiu solicitação adicional à universidade, pois todo o material estava acessível diretamente no site institucional. Os documentos estavam divididos em áreas temáticas como Assistência Estudantil, Restaurante Universitário, Ações Afirmativas, e Mais Futuro. Cada documento foi classificado com base em seu objeto específico, como resoluções ou normas, o que facilitou a construção das categorias.

Pelo volume de trabalhos acessados na primeira etapa da pesquisa e a revisão da literatura, não foi possível realizar o levantamento e análise de toda a documentação coletada, foi possível dar conta da categorização. Mas pelo volume de material coletado nesse primeiro ano da pesquisa há boas perspectivas de continuidade com resultados significativos para o campo estudado.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)**

A presente pesquisa teve como objetivo realizar o estado da arte sobre ações afirmativas e permanência estudantil na educação superior e a revisão da literatura sobre Teoria da Justiça, Teoria do Reconhecimento e Teoria Decolonial. Os resultados indicam que para uma melhoria significativa, o engajamento e a permanência dos estudantes universitários, algumas práticas têm que ser realizadas diariamente, com os alunos e para os alunos.

No entanto, nota-se que ainda existem barreiras de séculos passados, muito presentes atualmente, fazendo com que muitos fiquem de fora do acesso ao ensino superior público de qualidade e para aqueles que porventura conseguem chegar a tal ponto, sofrem com as dificuldades para concluir a graduação, o que demonstra a necessidade de melhorar as políticas de permanência estudantil na universidade. Conclui-se que, embora as políticas de reserva de vagas ofereçam grandes benefícios, é crucial investir em novos meios para qualificar ainda mais a política. Futuras pesquisas poderiam explorar estratégias específicas para tal concretização para apontar novos caminhos a seguir.

### **REFERÊNCIAS**

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública. **Revista de sociologia e política**, v. 21, n.48, p. 85–99, dez. 2013.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Tradução de Teresa Tavares. Globalização: fatalidade ou utopia? **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 63 ed. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: outubro 2002, p. 07-20.

GARGARELLA, Roberto. **As teorias da justiça depois de Rawls**: um breve manual de filosofia política. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung; Actionaid, 2009. p. 135–194.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa** - características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 1–5, 1996.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4.aed. Lisboa: Gravita, 2005.

RAWLS, John. **Justiça como equidade**: Uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.